

O prato virou poder: a revolução alimentar que redesenha a economia global



» FLORIANO PESARO
Sociólogo, gestor público, diretor de Gestão Corporativa da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil)

Depois de participar de diversas conferências sobre o futuro, como a SXSW, em Austin, e de outros encontros internacionais, ficou evidente que alimentação e saúde já ocupam o centro dos debates mais sérios sobre o amanhã. Em conversas com “futuristas”, filósofos, sociólogos e cientistas que trabalham a partir de evidências e dados empíricos, emergiu com força a percepção de que estamos diante de uma nova disputa estrutural, uma espécie de guerra silenciosa entre a indústria alimentícia tradicional e a indústria farmacêutica, impulsionada pelo avanço das chamadas canetas de emagrecimento. Não se trata de bem-estar individual ou moda passageira, mas de uma transformação profunda que reorganiza cadeias produtivas, modelos de negócio e relações de poder na economia global.

Algumas das vozes mais consistentes do pensamento prospectivo já apontam essa convergência. Amy Webb, fundadora do Future Today Institute, tem defendido que as grandes disrupções do nosso tempo não virão apenas da inteligência artificial ou da automação, mas da intersecção entre biotecnologia, saúde e comportamento humano. Quando a biologia altera hábitos em escala, mercados inteiros precisam se redesenhar. A alimentação está exatamente nesse ponto de inflexão.

Essa reflexão ganha densidade estratégica quando se parte de um dado incontornável, o

Brasil é um dos maiores produtores de alimentos do mundo, possivelmente o maior quando se considera escala, diversidade e capacidade de expansão. Em um cenário de transição alimentar global, isso deixa de ser apenas vantagem comparativa e passa a ser questão de soberania econômica. O que o mundo come define fluxos de comércio, investimentos, empregos, infraestrutura e influência internacional.

Durante décadas, a economia alimentar global foi organizada em torno do excesso. Ultraprocessados, bebidas açucaradas e produtos de consumo rápido tornaram-se pilares de cadeias multinacionais altamente lucrativas. Esse modelo ajudou a consolidar conglomerados poderosos, padronizar dietas em escala planetária e criar dependência de consumo recorrente. Ao mesmo tempo, produziu efeitos colaterais amplamente conhecidos, crescimento da obesidade, doenças metabólicas, queda de produtividade e pressão crescente sobre sistemas públicos de saúde.

O que está acontecendo agora não é um ajuste marginal, é uma mudança estrutural. O avanço dos medicamentos agonistas de GLP-1, popularmente conhecidos como canetas de emagrecimento, não criou essa transformação, mas acelerou um processo que já estava em curso. Ao reduzir o apetite e o consumo impulsivo, esses medicamentos atingem o coração de um modelo econômico baseado em volume, repetição e estímulo constante.

Tive a oportunidade de assistir, em Obesity-Week, nos Estados Unidos, em novembro de 2024, a uma palestra do endocrinologista Arya Sharma, uma das maiores autoridades mundiais em obesidade. Sua mensagem foi direta. Esses medicamentos não substituem mudança de hábitos, mas alteram profundamente a relação das pessoas com a comida. Quando a fome deixa de

comandar decisões, o consumo se torna mais racional, planejado e consciente. Isso muda cardápios, carrinhos de supermercado e, inevitavelmente, balanços corporativos.

Esse movimento já aparece com nitidez no radar de investidores e executivos globais. Grandes multinacionais de alimentos e bebidas passaram a rever estratégias, reformular portfólios e sinalizar riscos ao crescimento tradicional. Quando milhões de consumidores comem menos, com mais critério, o impacto não é cultural ou simbólico, é econômico.

Do ponto de vista geopolítico, essa transição redefine prioridades. Países exportadores precisam decidir se continuarão presos a um modelo baseado em commodities de baixo valor agregado ou se avançarão para alimentos de maior qualidade nutricional, proteína, rastreabilidade e sustentabilidade. Quem dominar essa nova economia alimentar terá vantagem competitiva duradoura.

Para o Brasil, o desafio é claro. Não basta ser celeiro do mundo. É preciso ser protagonista da nova geopolítica da alimentação, alinhando produção, inovação, saúde pública e estratégia internacional. Exportar alimentos é também exportar padrões de consumo, reputação e visão de futuro.

A alimentação deixou de ser um tema periférico. Ela atravessa comércio internacional, saúde pública, produtividade, gasto estatal e poder econômico. Ignorar essa transição é aceitar a irrelevância estratégica no médio prazo. Enfrentá-la de frente é transformar uma mudança global em projeto nacional.

Talvez, o futuro não esteja apenas nos algoritmos ou nas grandes promessas tecnológicas. Talvez ele esteja acontecendo agora, de forma silenciosa e decisiva, no prato que muda, no consumo que recua e na economia global que começa, lentamente, a se reorganizar em torno disso.



A culpa é dele



» CRISTOVAM BUARQUE
Professor-emérito da Universidade de Brasília (UnB)

Faz dois anos que o Brasil assistiu às cenas golpistas do 8 de Janeiro. Naquele domingo de 2023, nem as autoridades do Executivo, do Judiciário ou do Legislativo, nem a imprensa conseguiram localizar o governador do DF; ninguém ouviu sua voz de comando. Quando ressurgiu, foi para aceitar que seus subordinados tivessem suas carreiras profissionais interrompidas e fossem condenados a anos de prisão — sem uma única fala assumindo responsabilidade. Seus subordinados, que sem dúvida dividiam com ele a responsabilidade, estão pagando o preço e ficarão presos e marcados por toda a vida.

Seu secretário de Segurança perdeu a carreira de policial federal e está preso, condenado a 24 anos — um quarto de século. Cinco oficiais superiores, comandantes da Polícia Militar, foram expulsos da corporação e cada um condenado a 16 anos de prisão. Enquanto isso, o governador, poupado de qualquer responsabilidade naqueles atos, participa de fraude bilionária usando o BRB e joga a culpa em novo subordinado. Dois anos depois da tentativa de golpe, agora, o governador deixa o presidente do BRB ser responsabilizado pela

maior fraude bancária do Brasil: culpado de desperdiçar R\$ 12 bilhões de recursos de um banco público, com o intuito de salvar um banco privado falido, em troca ainda não se sabe de quais benefícios ou propinas. O mesmo que no golpe de 2023 se escondeu enquanto seus auxiliares caminhavam para a desonra e a cadeia, condenados e presos, deixa agora a culpa para o presidente do BRB, que ele nomeou e a quem acompanhou nas negociações. A carreira desse profissional está destroçada; talvez, seu destino seja perder patrimônio e liberdade, enquanto seu chefe, sem poder negar presença, diz que “entrou mudo e saiu calado” nas reuniões em que se decidiu desviar R\$ 12 bilhões do banco do DF, pertencentes não apenas a seus eleitores, mas a todos os cidadãos do Distrito Federal. A culpa das fraudes, trapagens e negociatas, assim como das tentativas de golpe, continua sendo dos outros.

Mas o governador não se limita aos seus subordinados e, agora, joga a culpa sobre o povo do DF ao decidir desapropriar seus eleitores e o restante da população para que paguem pelo rombo que ele criou. Joga a culpa no povo ao propor a venda do patrimônio da população, atual e futura, para cobrir o rombo e salvar o banco ameaçado de falir ou ser incorporado à União. Propõe vender as terras reservadas para financiar a construção de Brasília e seu desenvolvimento. Sugere salvar sua culpa obrigando o povo a pagar pelo erro que ele cometeu: sacrificar investimentos; reduzir gastos com medicamentos de doentes, salários de servidores, segurança pública, merenda das crianças,

para cobrir o rombo que ele induziu. Um político tão rico que abriu mão do salário de governador porque lhe pareceu insignificante e que achou a residência oficial de Águas Claras tão pobre que preferiu ficar em seu palácio pessoal não propõe usar sua fortuna para cobrir o rombo provocado por sua irresponsabilidade. Apesar de seu imenso patrimônio, joga a culpa nos outros — seu subordinado ex-presidente do BRB, o povo, seus eleitores, as crianças, os doentes, os servidores.

Triste é que sua acusação termina sendo aceita por aqueles a quem ele acusa e ficam calados. Na prisão, os golpistas aceitam a culpa em silêncio, o povo aceita a culpa ao votar outra vez nele para novo cargo, onde continuará errando e jogando a culpa nos outros. O silêncio dos culpados presos e o voto dos culpados eleitores confirmam o que ele diz: a culpa é realmente dos outros — dos que calam, dos que se omitem, dos que votam e dos que não o julgam. A culpa é dos deputados distritais que se preparam para dar apoio à venda do DF a fim de salvar o banco. Aceitam a culpa, protegem o patrimônio do governador, não convocam CPI e ainda dizem ao povo que estão salvando o BRB. Triste ver que, no fim, estão dando razão a ele: “A culpa é de vocês”. Afinal, quem cala consente: o presidente que ele nomeou aceita a responsabilidade por incompetência ou corrupção de quebrar o BRB para salvar o Banco Master. Os eleitores aceitam a culpa ao verem o patrimônio de seus netos evaporados e, ainda assim, votarem no responsável pela fraude, pelo roubo, pelo rombo.

A culpa é dele, mas quem cala aceita a culpa.

A pedagogia do vazio



» MARCELA RIBEIRO
Jornalista

Há algo profundamente violento no modo como aprendemos a viver neste tempo. Não uma violência explícita, mas uma violência elegante, eficiente, quase indolor. Ela não censura, não proíbe, não cala à força. Ao contrário, permite tudo. Fala-se de tudo, o tempo inteiro. O resultado, paradoxal, é o esvaziamento generalizado do sentido.

A sociedade contemporânea não enfrenta uma crise de informação, mas uma crise das condições que tornam o pensamento possível. Pensar exige tempo, continuidade, silêncio, leitura, hesitação. Tudo aquilo que o presente insiste em destruir. A aceleração não é um efeito colateral do progresso tecnológico; é o seu método pedagógico. Educa-se uma sensibilidade incapaz de sustentar demora, uma cognição treinada para o fragmento, uma subjetividade permanentemente interrompida.

O narcisismo, hoje, não é uma patologia individual, mas um princípio organizador. Vive-se sob a obrigação da exposição constante. A vida só parece legítima quando visível, registrada, compartilhada. A experiência perde valor se não for convertida em imagem, a opinião se torna irrelevante se não provocar reação. O outro deixa de ser alteridade e passa a ser audiência. O eu se expande enquanto o mundo se empobrece.

Nesse regime, a objetificação não se limita aos corpos. Ela atinge as ideias, as lutas, a política. Pautas históricas, construídas com dor, conflito e elaboração coletiva, são transformadas em linguagem de ocasião. Circulam como estética, não como compromisso. O esvaziamento das pautas não ocorre por esquecimento, mas por excesso. Usa-se tanto que se esgota. Repete-se tanto que se neutraliza. A causa vira ornamento simbólico, não instrumento de transformação.

A leitura, prática fundadora de qualquer pensamento complexo, torna-se suspeita. Ler exige atravessar o tempo do outro, submeter-se a uma lógica que não é a própria, aceitar a frustração de não entender de imediato. Em uma cultura narcísica, isso soa quase ofensivo. A informação instantânea ocupa o lugar do conhecimento. Consome-se o mundo em pedaços. Manchetes, cortes, frases soltas, comentários indignados. A sensação de estar informado substitui a experiência de compreender.

Forma-se uma geração que assiste a vídeos em velocidade acelerada, como se até o tempo precisasse ser comprimido para não gerar reflexão. Não se trata de pressa produtiva, mas de incapacidade de permanência. A ideia longa cansa. O argumento contínuo incomoda. O pensamento que exige fôlego é abandonado no meio. Aprende-se a reagir, não a elaborar.

Instala-se, então, um dos traços mais perturbadores do nosso tempo: fala-se de tudo sem saber quase nada. Opina-se sem leitura, julga-se sem escuta, afirma-se sem responsabilidade. A ignorância deixa de ser constrangimento e passa a ser identidade performada.

A globalização intensifica essa dinâmica ao promover a circulação acelerada de conceitos sem lastro histórico. Palavras políticas atravessam fronteiras sem contexto, ideias se repetem como fórmulas vazias, discursos se acumulam sem consequência. Tudo parece urgente por alguns minutos e descartável logo depois. O presente se absolutiza, o passado perde densidade, o futuro se dissolve em slogans motivacionais.

O efeito mais grave desse processo é o colapso da experiência histórica. Sem memória, não há responsabilidade. Sem responsabilidade, não há política. O que resta é uma guerra permanente de narrativas, onde tudo se equivale e nada se compromete. A burrice contemporânea não é ausência de informação, mas incapacidade de relação. Incapacidade de ligar fatos, compreender processos, sustentar causalidades.

Nesse cenário, pensar se torna um gesto inconveniente. Pensar desacelera. Pensar cria ruído onde o sistema exige fluxo. Pensar exige reconhecer ignorância, algo intolerável em uma cultura que premia certezas rápidas. O pensamento profundo passa a ser acusado de elitismo, quando na verdade é apenas recusa à estupidização organizada.

O mal-estar de quem percebe esse tempo não nasce de nostalgia nem de arrogância intelectual. Nasce da lucidez diante de uma sociedade que confunde barulho com liberdade, velocidade com inteligência e exposição com valor. O vazio não é acidente. É método. A distração não é falha. É regime.

Talvez a resistência possível não esteja em disputar todos os espaços, nem em gritar mais alto. Talvez esteja em recuperar pequenas soberanias: ler sem culpa, escrever com rigor, sustentar o silêncio, aceitar a lentidão. Criar zonas de densidade em meio ao colapso. Não como fuga, mas como reocupação do mundo por dentro.

Porque o narcisismo estrutural tem uma fraqueza essencial: ele não sustenta profundidade. Precisa do raso para sobreviver. Qualquer gesto de pensamento longo, qualquer defesa da leitura, qualquer recusa à aceleração fere a lógica do sistema. E é exatamente por isso que ainda importa.